BOM DIA FURG 22.04.1992

Bom dia. Rio Grande, 22 de abril de 1992. Estamos iniciando o programa Bom Dia FURG nesta quarta-feira.

O Bom Dia FURG destaca hoje uma entrevista a respeito do Fórum Regional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração, acontecido na semana passada. Está conosco no Bom Dia FURG o professor Wanderley Borba. Ele é subreitor de Planejamento e Desenvolvimento da FURG e coordenou o encontro acontecido na semana passada na Universidade do Rio Grande, que contou com a presença do professor Hélio Leite da Secretaria Nacional de Ensino Superior.

Professor, qual a avaliação, o que foi conseguido neste encontro regional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração? Bom dia, professor Borba. Bom dia, bom dia a todos os amigos da Rádio Universidade. Essa ideia de trazer a equipe da Senesua Rio Grande é fundamentalmente dentro de uma ótica de que a universidade, se ela não for reconhecida pelo que faz com a avaliação ao vivo dessas atividades, o simples encaminhar de documentos não vai atingir os objetivos.

Com essa perspectiva, a vinda do Grupo Senesua Rio Grande basicamente atingiu dois objetivos. O primeiro é de produzir esse contato com a nossa realidade e o terceiro é de propiciar uma discussão regionalizada de algumas questões que hoje o Ministério da Educação implanta como política. A primeira delas se refere à questão de um planejamento institucional de cada Instituição Federal de Ensino Superior.

No caso da região sul, com a presença do grupo de projetores da Unirio, CFET do Paraná, da Federal de Porto Alegre, da Federal de Santa Maria, da Federal de Calotas, o Grupo de Rio Grande e ainda como convidados e observadores o Grupo da Católica de Calotas, que nos deram o prazer da visita. Dentro do planejamento institucional, a Universidade do Rio Grande vem implantando, a partir de outubro de 1990, a busca de alguns resultados que nós chamaríamos de curto e de médio prazo, ou seja, estabelecimento de uma política que atinja objetivos específicos. Objetivos específicos esses, a questão de desenvolvimento de um programa de apuração de cursos universitários, cujo fecho aconteceu na terça-feira da semana passada, quando nós apresentamos, além do software, a primeira modelagem, ou seja, primeiros resultados com dados acerca da Universidade do Rio Grande.

Nesse projeto, apenas duas universidades brasileiras já trabalham e têm alguns resultados no mesmo estilo, que é a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Pernambuco. Um segundo projeto é um projeto de avaliação institucional. Esse projeto, que teve aprovação do Conselho Universitário em dezembro de 1991, ele veio a público como uma possibilidade encaixada na ideia de que nós também devemos vender os nossos projetos ao Ministério da Educação.

E, face a isso, o MEC apoia integralmente esse projeto. Professor, no projeto de avaliação institucional, assim como no de custos, as outras instituições também estão engatinhando, estão em início de estudos? Na realidade, vários projetos institucionais, há muito tempo, estão sendo estudados. Nós tivemos uma preocupação de vez que na Universidade já haviam sido realizados três seminários de avaliação e, até o momento, o resultado havia sido apenas de ordem teórica.

Aproveitando algumas experiências, tanto da URI quanto de outras instituições federais, nós partimos com o processo aplicado, que deverá ter as imperfeições naturais de uma primeira modelagem, mas o que nos garantirá, pelo menos a curtíssimo prazo, a possibilidade de que a próxima administração conheça a instituição FURG de uma forma radiográfica, evitando aquelas questões do tipo o achismo. Nós não pretendemos achar nada. Nós pretendemos é que esses resultados, mediante amostras estatisticamente definidas, apresentem resultados reais e concretos acerca da Universidade do Rio Grande.

Voltando à questão do planejamento institucional, e após os dois projetos citados de avaliação institucional e de custos, um outro projeto que nós entendemos fundamental para o crescimento e desenvolvimento da URG é a questão do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujo recurso deve ser definido, e cujo montante de obras institucionalmente deve ser definido até o mês de maio. A partir daí, passamos ao detalhamento dos projetos a serem aprovados. Já se tomou ciência de que algumas coisas deverão ser mais atendidas do que outras.

Principalmente em relação à infraestrutura, à questão de vias de transporte, rede de processamento de dados, telefonia e segurança. Esses itens terão prioridade sobre todos os demais. Além disso, a área acadêmica terá, sem dúvida nenhuma, maior destaque do que as outras.

E, por ordem de prioridade, a parte administrativa, como já acontecia em relação ao Programa FAS, será o último item a ser atendido. E a FURG já encaminhou projetos para esse financiamento, professor? A FURG já apresentou, a partir de março de 1991, projetos individualizados por áreas, tentando recursos adicionais do FAS. Isso foi impossível de conseguir, uma vez que o FAS esgotou a sua linha de financiamento para as universidades brasileiras.

De qualquer forma, nós encaminhamos, já no mês de janeiro, uma carta-consulta ao grupo do MEC, que coordena esse processo, acrescentando 22 projetos que possibilitariam a transferência integral da Universidade do Campus Cidade para o Campus Carreiros. Aí inclua-se o CTI. Obviamente que, dentro dessa perspectiva, alguns projetos seriam a gordura, ou seja, aquele excedente de projetos que poderiam ser queimados.

Mas a ideia é de que todos os projetos sejam apresentados e, eventualmente, algum deles possa ser cortado sem traumatizar o principal, ou seja, que é garantir a transferência da

Universidade para o Campus Carreiros. Além desses projetos do BIT, um outro projeto enfatizado e atualmente em ampla discussão com o Ministério são os projetos de informática. O nosso sistema de computação com 3090 deve entrar em funcionamento até o final do mês de abril, uma vez que a parte de obras civis está concluída, e na semana próxima passada chegaram os equipamentos de refrigeração do sistema, que são equipamentos importados.

A partir do momento em que o Ministério apoia o desenvolvimento de projetos institucionais, o nosso projeto passa a ter maior fôlego, uma vez que ele é desenvolvido juntamente com a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria, que estarão ligadas em rite. Em relação a um segundo tópico discutido com a Senesu, é a questão da geração de indicadores. Obviamente que o atual modelo de financiamento em instrução apresenta imperfeições e, principalmente, não considera as peculiaridades regionais.

Abriu-se a perspectiva de uma negociação caso a caso, mas nós estamos, de certa forma, preocupados porque a proposta orçamentária que o MEC encaminhou ao Departamento de Orçamento da União já prevê que 10% dos recursos sairão a partir da geração de indicadores que o modelo de financiamento contempla. Obviamente que algumas das nossas peculiaridades não estão contempladas no modelo. A questão dos meios flutuantes, o navio de pesquisa oceanográfica, a lancha oceanográfica, o grande número de cursos de especialização em desenvolvimento ou a desenvolver a partir do segundo semestre de 92, esses indicadores não têm cobertura no modelo.

Além do que, as características do modelo são concentradas exatamente em números. Número de diplomados, número de formados, número de alunos ingressantes. E esses indicadores para as universidades pequenas, obviamente, têm uma repercussão muito maior do que nas grandes universidades.

Então, nós estamos fazendo uma análise juntamente com a subreferia de ensino e pesquisa e a subreferia administrativa, de tal forma que encaminhamos conjuntamente a um grupo de professores do Fórum de Prática e Planejamento que discute o assunto, para que venhamos a ter, por parte das pequenas universidades ou as universidades da periferia, condições de acrescentar elementos de tal forma que esses indicadores não fiquem distorcidos em relação à realidade que as nossas universidades têm. Houve ainda um terceiro ponto, professor, com relação ao MEC. Qual foi esse terceiro ponto debatido? Fundamentalmente, o MEC hoje aposta de que as ações inter-universidades devem ser a principal fonte de financiamento.

Então, o desenvolvimento de programas conjuntos de pós-graduação, de informática, de políticas administrativas, estão dentro do esquema de maior apoio do MEC. No início do mês de abril, o Ministério da Educação, através de um FAG circular, salienta que os programas de caráter inter-institucional terão imediato cobertura de recursos, desde que apresentados de forma conjunta, e a tempo de liberação de recursos, ou seja, até o final do primeiro semestre de 1992. A universidade já tem alguns projetos que desenvolve, e nessa reunião produzida com os

proveitores, em particular com Pelotas e com Santa Maria, nós estamos tratando de redefinir o projeto de informática e algumas iniciativas no âmbito dos cursos de pós-graduação.

Professor Vanderlei Borba, sendo entrevistado desta quarta-feira do Bom Dia FURG. Professor, o quarto ponto visto nesse encontro de pró-reitores já foi fora da alçada do MEC, né? É mais entre os pró-reitores. Como é que se forma esse fórum de pró-reitores de planejamento e administração? E quais são as mudanças que devem ser feitas neles? Se é que tem alguma mudança a ser feita.

O fórum de pró-reitores de planejamento, a partir de 1990, quando nós começamos a participar, ele representava os pró-reitores de planejamento e administração de todas as índices brasileiras, como um órgão assessor da, então, Associação Nacional de Dirigentes Azuis. Ou seja, as universidades federais reunidas na UNDIF tinham como órgão assessor o Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração. Essa questão, embora parecesse óbvia, o fato de que nós efetivamente somos assessores de reitores, ela não transparecia em ações.

De vez que nós não tínhamos, de forma alguma, a possibilidade de discutir diretamente com a nossa área, ou seja, a parte de orçamento, a parte de finanças, ou seja, a parte administrativa do ministério, ela ficava ao encargo dos reitores. Isso produzia algumas discrepâncias. A partir de então, através da Subreitoria de Planejamento da Universidade do Rio Grande, nós apresentamos uma proposta de regimento e que hoje vigora, a partir da aprovação em maio de 1991, o Fórum tem um regimento.

E dentro desse regimento nós prevêmos a participação da direção do Fórum formada por cinco colegas de IFES, sendo essas IFES distribuídas regionalmente. Nós entendemos também que existem cinco universidades brasileiras, que dominam por caráter político, por história, que é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As maiores, no caso.

As maiores universidades brasileiras em termos de tamanho, em termos de respaldo político. A Federal do Rio Grande do Sul, a Federal de Minas Gerais, a Federal do Rio de Janeiro, a Federal de Pernambuco e a Federal da Bahia em especial. Essas universidades, por essas características, elas têm interesses e apoios muito específicos.

No Fórum, a partir de maio de 1991, nós vamos tentando manter uma linha em que a participação na direção do Fórum se faça representar por apenas uma delas. De tal forma que as demais representações se façam pelas universidades interioranas, ou pelo menos aquelas que não têm tanto destaque quanto as citadas. Nesse caso, o equilíbrio do Fórum tem sido grande, de tal forma que o encaminhamento das questões, junto ao MEC, junto ao Ministério da Economia, junto ao Departamento de Orçamento da União, tem sido feito através de uma representatividade bastante grande.

No atual momento, o presidente do Fórum assumiu por afastamento do, então, titular por motivo de ordem pessoal e ele representa a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Isso tem

produzido alguns desvios de vez que o Rio de Janeiro se encaixa naquela categoria citada. Nós estamos agora na reunião de maio e isso foi uma discussão, um consenso retirado da nossa reunião regional de que nós vamos voltar a carga e refazer ou propor eleições gerais de vez que realmente maio é o mês em que nós já previmos regimentalmente e que deveríamos e poderíamos fazer isso.

A proposta é de que nós venhamos a ter um representante da Universidade Federal de Santa Maria, representando o Rio Grande do Sul, até em função do tempo de mandato que ele tem. Todas as demais se esgotam ou no segundo semestre ou início do ano que vem quando Santa Maria vai ao final de 93. Um representante da Universidade Federal Fluminense que representaria a região centro ou sudeste, a região centro-oeste representada por Goiás, a região norte representada pelo Mato Grosso e a região nordeste representada por Alagoas.

Com isso aí nós abrangeríamos um perfil de universidade de periferia e colocaríamos a Federal Fluminense entre as grandes de tal forma a aplacar um pouco o impacto que é retirado da direção do Fórum à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bom dia, Furi. Agradece a participação do subdiretor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade, professor Vanderlei Borba.

Mais alguma informação que o senhor gostaria de dar à comunidade universitária, a palavra é sua. Eu gostaria em especial aos técnicos da Subdiretoria de Planejamento e Desenvolvimento pelo apoio dado para o desenvolvimento dessa reunião regional do Fórum de Pró-Reitores e aos colegas professores, chefes do departamento, coordenadores de curso que se fizeram representar quanto à apresentação dos dados de custos. De outra forma, a universidade sem a colaboração das subdiretorias dentro de si, ela não teria condição de fazer o que hoje realiza.

Em especial, também deixaria um agradecimento à Rádio Universidade pela cobertura dada e o fazer com que as pessoas que vêm de fora coloquem as suas opiniões a respeito da universidade já deixe uma marca gravada e, obviamente, isso representa mais tarde uma memória daquilo que se tem feito nessa instituição. Muito obrigado e bom dia aos ouvintes da Rádio Universidade.